



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

TCU vê superfaturamento de R\$ 133 milhões em obra do Rodoanel na gestão Alckmin em SP

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou ex-dirigentes da Dersa e a Construtora Coesa, antiga OAS, por irregularidades nas obras do Lote 2 do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas, executadas durante a gestão de Geraldo Alckmin (PSB) no governo de São Paulo. O acórdão aponta um dano de R\$ 133 milhões aos cofres públicos e determina o ressarcimento dos valores, além da aplicação de multas milionárias.

■ Segundo o TCU, a Tomada de Contas Especial apurou irregularidades em um contrato firmado em 2013 entre a Dersa e a então Construtora OAS para a execução de parte das obras do Rodoanel Norte. As falhas analisadas ocorreram entre 2013 e 2018, período em que Alckmin governava o estado. O ex-governador, no entanto, não é apontado como responsável nem foi condenado no processo.

■ Entre as irregularidades reconhecidas pelo Tribunal estão superfaturamento decorrente da “inclusão indevida de novos serviços, metodologia inadequada para cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, duplicidade de pagamentos, não reaproveitamento de material rochoso escavado e aprovação de aditivos com impacto financeiro artificialmente



Irregularidades aconteceram enquanto Geraldo Alckmin era governador de São Paulo

neutralizado”, diz o documento obtido pela coluna.

■ Como resultado, o TCU julgou irregulares as contas de dez ex-gestores da Dersa e da Construtora Coesa, condenando-os ao ressarcimento dos prejuízos e ao pagamento de multas.

■ Entre as penalidades, a Coesa recebeu multa de R\$ 67 milhões. Já o ex-diretor de Engenharia da Dersa Pedro da Silva foi multado em R\$ 42,5 milhões, enquanto Pedro Paulo Dantas do Amaral Campos recebeu multa de R\$ 25 milhões. Também foram multados o ex-presidente da Dersa Laurence Casagrande Lou-

renço, em R\$ 8,5 milhões, e outros ex-dirigentes da estatal.

■ O Tribunal ainda autorizou a cobrança judicial dos débitos caso os responsáveis não efetuem o pagamento no prazo fixado e determinou o envio de cópias da decisão ao Ministério Público Federal, ao DNIT e aos demais envolvidos.

Nikolas propõe cortar salários de políticos em caso de déficit fiscal

■ O deputado federal Nikolas Ferreira (PL) anunciou que prepara um Projeto de Lei Complementar (PLP) e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para cortar salários e benefícios de autoridades caso o governo descumpra as metas fiscais. Pelo texto, presidente da República, vice-presidente, ministros, deputados e senadores seriam os primeiros atingidos pelas restrições.

■ A iniciativa foi inspirada nas medidas adotadas pelo presidente da Argentina, Javier Milei, para o ajuste das contas públicas. Segundo Nikolas, as propostas estão sendo elaboradas com auxílio de especialistas e seguirão uma lógica semelhante à aplicada pelo governo argentino.

■ Pelo texto em elaboração, caso o governo perca o controle das contas, a primeira etapa prevê a suspensão

de novos contratos, nomeações, gastos com publicidade, transferências políticas e emendas parlamentares que não estejam ligadas a serviços considerados essenciais.

■ Se o déficit persistir, as restrições passariam a atingir diretamente o alto escalão da administração pública. De acordo com o parlamentar, políticos e autoridades teriam benefícios cortados, depois sofreriam redução de 50% dos salários e, em um último estágio, deixariam de receber remuneração enquanto durasse o desequilíbrio fiscal.

■ “Se o governo perder o controle das contas, param primeiro os novos contratos, nomeações, publicidade, transferências políticas e emendas que não atendam serviços essenciais. Persistindo o déficit, políticos e autoridades do alto escalão



Nikolas prepara PLP inspirado em Milei

terão benefícios cortados, depois metade do salário e, no último estágio, suspensão integral de seus salários”, afirmou o deputado.

■ Nikolas ressaltou ainda que sua pro-

posta preserva os gastos considerados essenciais. “Hospital, aposentadoria, assistência, educação e segurança não param. Quando faltar responsabilidade, a máquina política paga primeiro. O cidadão, não”, concluiu.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS